



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA –
INEP
PRESIDÊNCIA

Esplanada dos Ministérios Bloco L Anexos I e II – 4º andar, CEP: 70047-900 Brasília-DF
Tel: (61) 2104-8406/8407, Fax (61) 2104-9850

OFÍCIO MEC /INEP/GAB Nº 003404/2008

Brasília, 11 de julho de 2008.

A Senhora

VANESSA GUIMARÃES PINTO

Secretária de Estado da Educação de Minas Gerais

Belo Horizonte - MG

Prezada Secretária,

Tivemos acesso ao texto “Minas, Ideb e Prova Brasil”, de sua autoria e do secretário adjunto João Filocre. Esse texto analisa os avanços da educação no Estado de Minas Gerais, questiona alguns dos resultados do IDEB e, por fim, são solicitados ao INEP e ao MEC esclarecimentos sobre os procedimentos de construção do IDEB e sobre os resultados obtidos por Minas Gerais.

Ainda que tal texto, ou qualquer outro com o mesmo teor, não tenha sido encaminhado ao INEP ou ao MEC, como seria o esperado, a intenção do presente documento é fornecer as informações necessárias para que as dúvidas levantadas sejam plenamente esclarecidas. Dada a publicidade conferida ao texto supra citado, vemo-nos, também, na obrigação de dar o mesmo tratamento ao presente documento.

É importante ressaltar que o INEP nunca se furtou a dar esclarecimentos às unidades da Federação e municípios, mantendo diálogo constante com os técnicos e gestores das Secretarias de Educação. As avaliações e estatísticas educacionais conduzidas pelo INEP dependem, fundamentalmente, da colaboração dos Estados e municípios. Por isso, é muito importante, para o bem da Educação brasileira, que tal cooperação institucional seja preservada, independentemente daqueles que venham a assumir cargos de comando, seja no INEP, seja nas Secretarias de Educação.

I. Sobre as Taxas de Aprovação em Minas Gerais

1. Um dos componentes do IDEB é a taxa de aprovação da escola ou rede, obtida diretamente do Censo Escolar. Os dados são informados ao INEP pelas escolas ou, em alguns casos, via sistemas municipais e estaduais de coleta e, uma vez recebidos, são submetidos a uma série de críticas de consistência. Detectado qualquer problema, o informante é avisado. O INEP não altera qualquer dado do Censo sem a solicitação do informante, a quem cabe, em última instância, a responsabilidade sobre a correção das informações prestadas.
2. A Secretaria de Educação de Minas Gerais alega que, das 17.791 escolas ativas que preencheram o Censo 2007, apenas 2.896 o fizeram de maneira consistente. E mais, que 24,7% do total de escolas (4.394 estabelecimentos) simplesmente não informaram a situação de movimentação e rendimento de seus alunos. Caso esse quadro se confirmasse, a situação seria bastante preocupante, com responsabilidade compartilhada entre o INEP, responsável pela infra-estrutura para a coleta dos dados, e a Secretaria de Educação do Estado, responsável pela coordenação e acompanhamento do Censo no âmbito estadual. Felizmente isso não ocorreu.
3. Os números citados pela Secretaria de Educação de Minas Gerais em sua nota estão em desacordo com os repassados pelas escolas ao INEP. O Censo 2007 revela o seguinte panorama: do total de 17.791 escolas (sem as exclusivas de atendimento complementar), apenas uma escola federal e 152 escolas privadas não informaram a Situação do Aluno. Desse modo, do total de 5.121.223 matrículas no ensino fundamental e médio regular, 5.100.339 tiveram a situação do aluno informada, o que corresponde a 99,6% dos alunos considerados para cálculo do IDEB.
4. Vale ressaltar que, no dia 16 de junho, foram enviados para todas as UFs relatórios por escola informando a situação de rendimento dos alunos. Provavelmente, houve algum equívoco na interpretação desses dados por parte da Secretaria. O suposto problema de consistência alegado na nota distribuída pela Secretaria poderia ter sido facilmente esclarecido caso o órgão tivesse, na ocasião, consultado o INEP para elucidação. Entretanto, em nenhum momento esta autarquia foi procurada para tal fim.

II. Sobre as Mudanças Metodológicas no SAEB

1. Até 2005, o SAEB era aplicado numa amostra de escolas em cada um dos estratos considerados. Para cada escola selecionada, sorteavam-se turmas e, em cada turma, metade dos alunos fazia a prova de matemática e a outra metade fazia a prova de língua portuguesa. Cada aluno respondia uma prova com 39 itens (de matemática ou de língua portuguesa). O total de itens testados, para cada uma das séries e disciplinas, era de 169, dispostos em 26 diferentes tipos de provas.
2. Em 2005, o INEP realizou pela primeira vez a Prova Brasil, que adotou as mesmas matrizes de referência e as mesmas escalas de proficiência do SAEB. A diferença básica, em relação ao SAEB, é que a Prova Brasil focou a avaliação nas escolas públicas urbanas de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental com pelo menos 30 alunos e, para esse universo mais restrito, a avaliação deixou de ser feita por amostra. Nas redes que aderiram à Prova Brasil, todos os alunos presentes no dia do exame foram testados.
3. Outra diferença em relação ao SAEB é que, na Prova Brasil, um mesmo aluno respondeu tanto a itens de matemática quanto de língua portuguesa: 40 itens na 4ª série (20 de matemática e 20 de língua portuguesa) e 48 na 8ª série (24 de matemática e 24 de língua portuguesa). O total de itens testados para cada uma das disciplinas foi de 70 para a 4ª série e 84 para a 8ª série do ensino fundamental, dispostos em 21 diferentes tipos de provas.
4. Cabe ressaltar que, em 2005, diversas escolas foram avaliadas tanto pelo SAEB como pela Prova Brasil, o que exigiu do INEP o esforço de levar a campo duas avaliações em um período pouco superior a um mês. Então, após várias análises comparativas dos resultados do SAEB e da Prova Brasil, decidiu-se por unificar os processos.
5. Em 2007, o SAEB foi realizado como nos anos anteriores, com a modificação de que os estratos contendo escolas públicas urbanas e com pelo menos 20 alunos passaram a ser universais. Assim, a Prova Brasil nada mais é do que a parte universal do SAEB ou, em outras palavras, a Prova Brasil passou a estar contida no SAEB. Os procedimentos de itens testados, tipos e forma da prova, assim como seleção de alunos nas escolas, foram unificados e passaram a ter o desenho da Prova Brasil.
6. Em 2007, os alunos submetidos ao SAEB/Prova Brasil responderam a um exame com 44 itens na 4ª série (22 de matemática e 22 de língua

portuguesa) e 52 na 8ª série (26 de matemática e 26 de língua portuguesa). O total de itens testados para cada uma das disciplinas foi de 77 para a 4ª série e 91 para a 8ª série do ensino fundamental, dispostos em 21 diferentes tipos de provas. Não há mais seleção de turmas dentro das escolas.

7. Com base nesses esclarecimentos, pode-se verificar que não é correta a afirmação, contida no texto da Secretaria de Educação de Minas Gerais, de que a Prova Brasil testa apenas 44 itens por disciplina. Esse é o número de itens respondido por um aluno em particular. O número de itens testados (77 ou 91) é suficiente para cobrir a matriz de referência do SAEB.
8. É importante ressaltar que não é necessário apresentar a um mesmo aluno, ou mesmo a uma mesma escola, itens capazes de cobrir toda a matriz de referência do SAEB. Um dos pressupostos básicos da Teoria da Resposta ao Item é que a proficiência do aluno é uma variável latente e, portanto, independente dos itens respondidos. No entanto, a proficiência do aluno é revelada, ou melhor, estimada, com base nos itens respondidos. Quanto maior a quantidade e mais diversificados os itens, maior a precisão da estimativa da proficiência.
9. Assim, ao se reduzir o número de itens de uma disciplina apresentados a um aluno (de 39 para 22), a precisão da estimativa individual da proficiência se reduziu. No entanto, como os alunos respondem itens das duas disciplinas, o número de alunos realizando cada uma das provas dobrou dentro de cada turma e, como conseqüência, a precisão da proficiência média dos alunos da turma, em cada uma das disciplinas, aumentou. Isso, somado ao fato de não mais serem sorteadas turmas dentro das escolas e escolas dentro da rede, resultou numa melhora considerável da precisão das estimativas das proficiências médias, por escolas e redes, do SAEB.
10. Todas as mudanças citadas foram realizadas após inúmeras reuniões técnicas com os mais renomados profissionais do país na área de avaliação educacional. Isso nos dá a convicção de que, além de se manter comparável a edições anteriores, o novo SAEB apresenta melhorias significativas do ponto de vista de eficiência estatística.
11. A ausência de escolas rurais na amostra do SAEB, para a 8ª série do ensino fundamental e para o 3º ano do ensino médio é um procedimento que vem sendo adotado desde 2003. A decisão, na época, foi tomada em virtude da pouca representatividade das matrículas rurais no ensino médio e na segunda fase do ensino fundamental. Em Minas Gerais, por exemplo, 42,6% das escolas de ensino fundamental e médio são rurais, mas isso representa

apenas 10% das matrículas. Na segunda fase do ensino fundamental, a proporção de alunos em escolas rurais é de 5,9% e no ensino médio de apenas 1,5%.

12. Já a ausência de escolas rurais na Prova Brasil foi um procedimento adotado em virtude de dificuldades operacionais. Apesar do número relativamente reduzido de matrículas, as escolas rurais são numerosas, de pequeno porte, e situam-se em locais de acesso mais difícil. A inclusão de tais escolas encareceria significativamente o custo da avaliação. O INEP estuda, para as próximas edições da Prova Brasil, a inclusão de todas as escolas rurais com, pelo menos, 20 alunos.

III. Sobre os Resultados de Minas Gerais

1. O principal questionamento de Minas Gerais em relação aos resultados do IDEB do Estado está relacionado às divergências entre a avaliação nacional (SAEB/Prova Brasil) e as avaliações mineiras (PROEB). A Tabela 1 apresenta os dados do SAEB 2003 e 2007 e do PROEB 2002/2003 e 2007, referentes às escolas de 5º e 9º ano do ensino fundamental da rede estadual de Minas Gerais.

Tabela 1 – Médias de proficiência para o 5º ano e 9º ano do ensino fundamental da rede estadual de ensino de Minas Gerais* – PROEB 2002/2003-2007 e SAEB 2003-2007

Série avaliada	Ano	Língua Portuguesa		Matemática	
		PROEB	SAEB	PROEB	SAEB
5º ano	2002/ 2003**	174,4	178,1	189,7	193,2
	2007	195,1	185,51	205,1	204,46
9º ano	2002/ 2003**	226,7	224,9	241,9	244,6
	2007	240,5	237,30	250,9	252,89

Notas:

*No caso do SAEB, as escolas rurais estão incluídas no cálculo das médias do 5º ano, mas não no 9º ano.

**O SAEB foi aplicado em 2003. No caso do PROEB, a avaliação de matemática foi aplicada em 2003, mesmo ano do SAEB, mas a de língua portuguesa foi em 2002.

2. Em matemática, as avaliações do SAEB e PROEB coincidem nos anos de aplicação (2003 e 2007), e os resultados mostram-se relativamente consistentes, especialmente para o ano de 2007. Em 2003, as maiores

notas no SAEB seriam perfeitamente justificáveis por variações amostrais. Frisamos que nesse ano todos os estratos do SAEB tinham caráter amostral, enquanto em 2007 os estratos formados por escolas urbanas tiveram caráter universal.

3. A principal diferença entre as avaliações dá-se em língua portuguesa, especialmente no 5º ano do ensino fundamental. A diferença no ano inicial (174,4 e 178,1) seria plenamente justificável, dado o caráter amostral do SAEB e pelo fato de o PROEB ter sido realizado um ano antes.
4. Então, a diferença fundamental a ser explicada reside no 5º ano do ensino fundamental em língua portuguesa, no ano de 2007. Dado o caráter universal do SAEB para as escolas urbanas, essa diferença de dez pontos não poderia ser justificada por flutuações amostrais. Por outro lado, qualquer problema de aplicação que viesse o resultado de qualquer uma das avaliações, como sugerido pela Secretaria, deveria afetar ambas disciplinas e não apenas língua portuguesa.
5. Assim, a diferença de resultados de língua portuguesa no 5º ano em 2007 está aberta a investigações, as quais podem ser conduzidas pelo INEP, pela Secretaria ou por qualquer pesquisador independente. O INEP sempre se coloca à disposição para fornecer os dados de suas avaliações, dar esclarecimentos técnicos e participar de debates.
6. Vale ressaltar que a política de disseminação dos dados de avaliação educacional tem sido intensificada pelo INEP, de forma que os microdados relativos à aplicação das avaliações em 2007 serão disponibilizados na página do Instituto tão logo se encerrem todos os recursos oriundos das unidades (sejam unidades da Federação, municípios, instituições de ensino superior ou de educação básica). Essa prática constitui-se como peça fundamental da política de transparência do INEP.

Finalmente, gostaríamos de reafirmar a disposição do INEP em manter o contínuo diálogo e o espírito de colaboração com essa Secretaria, esperando que os esclarecimentos prestados possam dirimir possíveis dúvidas quanto aos procedimentos metodológicos adotados pelo Instituto nas avaliações educacionais por ele conduzidas.


Reynaldo Fernandes
Presidente do INEP/MEC